

O SOCIALISMO DE *FRONT* E UM EDUCAR “PARA ALÉM DO CAPITAL”

Eixo: Marxismo, educação e luta de classes: desafios históricos e urgências contemporâneas

Vicente Juciê Sobreira Júnior¹

Resumo

O presente trabalho aborda de forma sucinta, sobre a possibilidade de um educar para além do capital, sustentando-se na concepção marxista de transformação radical das condições postas, para construir possibilidades emancipadas. Para a fundamentação do trabalho, parte-se da noção de “para além do capital” em Meszáros, como proposta de uma ofensiva socialista, remetida a ideia do socialismo de *front*, que desafia o tempo histórico atual, inserindo-se enquanto proposta hegemônica de contraponto a ideologia do hegemônico de naturalização do capital, como única e possível lógica de organização da sociabilidade humana em sua totalidade. Para isso, resgata-se no texto o sentido de indissolubilidade de trabalho-educação partindo de seus significados histórico-ontológicos como oposição a cisão realizada sob a organização do trabalho abstrato. Portanto, o intuito dessa breve explanação é provocar o leitor à necessidade de se pensar numa alternativa contrapostamente também hegemônica de organização da sociedade, de formação humana, resgatando o sentido de confronto entre concepções opostas. E, para tal empreitada, exige-se o pensar “para além” dessa realidade, rompida com a alienação, compreendendo as complexificações do real e tendo criatividade em transformá-las.

Palavras-chave: Socialismo de *front*. Trabalho. Educação.

EL SOCIALISMO DE *FRONT* Y UN EDUCAR “PARA MÁS ALLÁ DEL CAPITAL”

Resumen

El presente trabajo trata de forma breve, acerca de la posibilidad de un educar para más allá del capital, sosteniéndose en la concepción marxista de transformación radical de las condiciones puestas, para construir posibilidades emancipadas. Para el fundamento del trabajo, se parte de la noción de “para más allá del capital” en Meszáros, como propuesta de una ofensiva socialista, relacionada a la idea del socialismo de *front*, que desafía el tiempo histórico actual, insiriéndose en cuanto propuesta hegemónica de contrapunto a la ideología del hegemónico de naturalización del capital, como única y posible lógica de organización de la sociabilidad humana en su totalidad. Por ello, se rescata en el texto el sentido de indisolubilidad de trabajo-educación partiendo de sus significados histórico-ontológicos como oposición a la cisión realizada bajo la organización del trabajo abstracto. Por consiguiente, el intento de esa corta explicación es incitar al lector a la necesidad de pensarse en una

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) Professor de Filosofia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA)

alternativa contrapuestamente también hegemónica de organización de la sociedad, de formación humana, rescatando el sentido de confronto entre concepciones opuestas. Y, para tal propósito, hace falta el pensar “para más allá” de esa realidad, rompiendo con la alienación, comprendiendo las complejidades del real y teniendo creatividad al transformarlas.

Palabras-clave: Socialismo de *front*. Trabajo. Educación.

1 Introdução

O presente trabalho trata-se de uma abordagem sucinta acerca da perspectiva socialista da educação fundada na ótica marxiana do pensamento de Meszáros, de caráter recusatório ao projeto hegemônico de naturalização (neo) liberal, incidentes nas relações de sociabilidade na educação contemporânea, exigentes à fundamentação do debate o resgate do sentido de indissolubilidade entre trabalho e educação, enquanto princípios essenciais à produção da existência do ser e de um socialismo de *front* como contraponto alternativo ao hegemônico capitalista.

Por efeito, torna-se fundamental ao combate retomar a resistência socialista ante ao propósito hegemônico da lógica do capital, criar “novas formas de lutas no lugar das antigas” (MARX, 2012. p. 45), distintas das absorvidas pela predação do trabalho abstrato determinantemente consolidante da relação estranhada entre o ser humano, educação e trabalho, cindidos à produção da existência do ser social. Mas, para isso, é necessário “resgatar o sentido estruturante da educação e de sua relação com o trabalho, as possibilidades criativas e emancipatórias” (MESZÁROS, 2008, p. 09), inverter inteiramente a racionalidade em vigor.

Para entender aquilo que é mais fundamental na construção do ser social torna-se imprescindível aos intentos, a constituição das frentes de contestação-opção a lógica de naturalização (neo) liberal, preservada sob a égide reformista-adequável ao modo vigente de produção capitalista, apresentado como única e exclusiva escolha às definições das relações sócio-político-econômicas.

Portanto, diante da problemática do projeto hegemônico do capital e sua incidência sobre os sentidos da produção da existência do ser humano enquanto ser da sociabilidade, ligado ao trabalho-educação, é que o pretenso trabalho intenta resgatar a reflexão sobre os aspectos histórico-ontológicos do trabalho-educação enquanto sentidos de indissolubilidade, considerando-os como princípios fundantes de uma sociabilidade autogerida, emancipada e

consciente sob a ótica de um socialismo de *front*, visando uma sociedade “para além do capital”.

2 O significado de “para além do capital”

Tratar sobre os princípios fundantes acerca de algum tema é buscar no sentido de radicalidade a decodificação do real e as novas condições objetivas postas desafiantes da produção da existência dos seres humanos, submetendo-os a um esforço excessivo e necessário na construção de *fronts* fundamentados numa realidade histórico-dialética.

Nisso, tornar profundo o entendimento não é uma simples escolha e sim uma opção necessária à contraposição de naturalização instituída na lógica do capital, “invasora” da existência do ser, penetrante aos sentidos mais profundos de suas relações, que incorrem sobre a totalidade da esfera do vivido, de forma intensa e estranha aos seres humanos. Então, pensar para além desse horizonte hegemônico, aparentemente, “fincado” como *ad aeternum*, exige-se também a fundamentação do movimento do real e suas complexificações objetivas emergentes, que impõe subjetividades decodificadoras do cíclico-espiral da existência.

Diante disso, a significância de “para além do capital” demanda um posicionamento para um emancipar-se, tratando-se de um engajamento emancipacionista não apenas num sentido de controle de si, desligado de qualquer condicionante natural, social ou histórico, e sim, num domínio da natureza alocado na realização histórica e social da humanidade, considerando-a enquanto efetivação do ser social na sua totalidade, reconhecendo-se enquanto indivíduo e ser da coletividade de forma indissolúvel, contrariamente das noções da privativa-apropriação do individualismo-separatista. Entender esse significado necessita-se para compreender a dimensão histórica do capital e da produção de mercadorias, não como um conceito limitado num passado, mas manifestado em provocações práticas da realidade presente (MESZÁROS, 2011).

Esse pensar “para além”, desafia à consolidação de uma radicalidadepositor-hegemônica a visão ideológica da não-possibilidade alternativa à lógica do capital, centrada na constituição do irreversível-reformável de impossível alcance, apenas retificações metabólicas inerentes ao sistema do capital (MESZÁROS, 2007), preservado sob a tutela da socialdemocracia numa tentativa híbrido-ilusória de conciliação do desenvolvimento capitalista com o bem-estar social, permanecendo a lógica do capital. Ora, unir os radicalmente não-negociáveis é impossível? Por mais que quadros numéricos acrescidos em pontos cruciais indiquem uma relativa abrangência de bens sociais às populações necessitadas, é impossível a superação da diferença social entornada sob a égide do privado-

proprietário, tendo em vista que sempre existirão possuidores de bens e não-possuidores de bens na estrutura do capital, permanecendo os antagonismos anti-igualitários.

De acordo com Meszáros (2007, p. 29),

Em nosso tempo, nenhuma ‘mudança de pessoal’, por mais bem intencionada no início, poderia sequer começar a cumprir a tarefa. Em outras palavras, a relação *conflitual/adversa* entre os seres humanos – que foi demasiada óbvia em toda história conhecida – é o que deve ser *positivamente suplantada* pela criação e consolidação firmemente assegurada da nova ordem social. Do contrário, as contradições e antagonismos incontroláveis começarão mais cedo ou mais tarde a se avolumar rapidamente sobre os novos fundamentos estabelecidos, como realmente ocorreu nas sociedades de tipo soviético, minando-os e destruindo-os ao final. [grifos do autor].

Não há dúvidas sobre a posição anti-reformista de Meszáros, compartilhando idéias com Marx e seus demais seguidores, na crença de que somente uma mudança radicalmente revolucionária poderá modificar substancialmente a realidade existente. Impossível pensar na consolidação de uma sociedade realmente emancipada, preservando a ideia de propriedade privada, ou mesmo, remendar o público e interesses privados, pois como o próprio autor destaca: “mais cedo ou mais tarde se avolumará rapidamente” as contradições e antagonismos.

O agir “para além do capital” não significa uma realização imediatista do projeto socialista de sociabilidade, com soluções remediáveis de problemas sociais, que somente criam formas mais complexas de desigualdades sociais inseridas na lógica do capital ou pensar apenas numa expressão de um “espírito de revolta sem revolução” (ZIZEK, 2012, p. 83). Necessita-se resgatar o projeto socialista enquanto ofensiva oposicionista à sociedade do capital, reestruturando radicalmente a totalidade das relações sociais (MESZÁROS, 2011), mudando por completo a ordem social vigente.

O objetivo estratégico real de toda transformação socialista é, e continua sendo, a radical transcendência do próprio capital, em sua complexidade global, e na totalidade de suas configurações históricas dadas e potenciais, e não meramente dessa ou daquela forma particular de capitalismo mais ou menos desenvolvida (subdesenvolvida). (MESZÁROS, 2011, p. 1065-1066)

Portanto, a exigência de um socialismo de *front* como alternativa hegemônica urge fortemente à necessidade combatente a noção do hegemônico capitalista, em que se torna condição essencial aos desígnios de uma sociedade realmente emancipacionista, sob novas formas de organização, que favoreçam a plenitude criativa do ser social, implicada diretamente numa lógica comunal, considerando os aspectos da totalidade perpassada sob a

esfera do vivido na formação e conhecimento integral da existência humana. Mas, para isso, abolir todas as formas de dominação é fundamental.

3 Educar para além do capital

Educar para além dos condicionantes contemporâneos do hegemônico na lógica do capital torna-se um desafio exaustivo aos desejosos de um mundo realmente emancipado, liberto de qualquer grilhão exterior a realidade concreta dos seres humanos, uma tarefa em estabelecer “uma nova ordem social positivamente sustentável e historicamente viável em escala global” (MESZÁROS, 2007, p. 21), um fardo necessário e continuamente desafiante ao tempo histórico da humanidade, exigente do engajamento irrefreavelmente combativo a qualquer ranço da ordem antagônica. Não no sentido de subsunção das idéias contrárias, como é na lógica do capital, mas compreendendo o movimento do real de forma consciente, não-alienada, de constante aprender e reaprender, inserida num *plano de vida* (PISTRAK, 2011).

O sentido da educação numa sociedade *pós-capitalista* é compreendido como constituinte do ser enquanto sujeito concreto, histórico, que produz a sua vida material, relacionando-se com a natureza e com outros seres (KOSIK, 1976), onde se parte dos “homens em sua atividade real” (MARX & ENGELS, 2002, p. 19), repercutindo no pensamento, não de forma estática, mas no movimentar-se da produção da existência entre realidade-consciência-realidade, na “unidade entre teoria e prática como atividade objetiva e transformadora da realidade natural e social” (VASQUEZ, 1977, p. 234). Visto que, para uma *ofensiva socialista* “a luta por si só não permite que atinja a compreensão da necessidade histórico-social da revolução proletária e da missão histórico-universal da classe operária” (VASQUEZ, 1977, p. 235), como caminhos de realização da humanidade.

Urge cada vez mais forte a exigência de resgatar o referencial da hegemonia proletária enquanto campo de revolução, compreendendo que mesmo com as dificuldades de decodificação presentes no tempo histórico atual (MESZÁROS, 2011), provocar novas formas partindo de uma fundamentação histórico-dialética, em que o real é determinante nos termos fundacionais às novas complexificações na sociedade do capital, é essencial à construção de um projeto alternativo de socialismo de *front*. Compreender o projeto socialista do real, não como *uma* escolha, mas como *a* opção de ruptura com a naturalização da lógica de sociabilidade (neo) liberal.

É partindo dessa noção de resgate do essencial na produção da existência material dos seres humanos que se centram as proposições marxistas da educação, de forma contundente e revolucionária, à formação do novo homem, forjado sob condições

emancipacionistas, conscientes dos processos circundantes a sua realidade, o ser concreto, integral, em que “a causa encontra-se, não na consciência, mas no ser social, não no pensamento, mas na vida. A causa reside na evolução empírica da vida dos indivíduos, ou seja, nas condições materiais do mundo” (MARX & ENGELS, 1976, p. 62). Entretanto, de acordo com Marx & Engels, uma educação à construção do homem novo, exige a completa abolição das condições objetivas ligadas a propriedade privada, o capital, o assalariado, o dinheiro como premissa determinante e a organização fundada no mercado e sua antropomorfia. Consequentemente,

desaparecerão progressivamente as instituições humanas que são as nacionalidades, o Estado, a família, as classes, ou seja as sinecuras bem como as especializações, as profissões ‘nobres’ e as manuais, com os ídolos separados da produção e das massas que são a Cultura, a Arte, a Ciência e a Técnica apropriadas hoje pelo capital. É só então que surgirá um homem radicalmente novo pelo seu pensamento, a sua sensibilidade e as suas aspirações, tendo finalmente a humanidade saído da sua pré-história. (DANGENVILLE, 1976, p. 22).

E essa possibilidade é possível, na concepção marxista, sob a condição de uma modificação radical da estrutura social e com a superação total dos mecanismos da alienação, para um processo de transformação social consciente da exigência histórica de mudança (SUCHODOLSKI, 1976).

A exigência do fim da diferença social, da extinção de qualquer forma de dominação sobre o ser, são premissas básicas à transformação da realidade, pautada na modificação de toda ordem social vigente como momento emancipacionista da humanidade, realizada pela *ofensiva socialista* fincada no movimento real do concreto. Depois de instaurado o Estado do novo homem, pensa-se na formação e preservação da cultura, para fortalecer e minar todas as possibilidades de retomada do Estado Burguês na concepção de Marx. Entretanto, considerar o movimento do real inserido numa concepção dialética da história é fundamental para compreender as transformações das condições objetivas da vida material e as novas formas desafiantes do ser.

Este educar combatente, de exigência cultivadora, não se restringe aos espaços institucionais, “terreno restrito da pedagogia, mas tem de sair às ruas, para os espaços públicos, e se abrir para o mundo” (JINKINGS, 2007, p. 10). Ultrapassar as fronteiras do formal é fundamental enquanto escola da vida, e não para vida como se propõe na escolarização para o trabalho abstrato. Movimentar-se entre a realidade concreta e o ideal, torna-se norteador de inquietações à transformação de um mundo possível, provocando o

indagar-se acerca de qual função a educação pode assumir nesse processo de combate no tempo histórico atual em sua totalidade, considerando como referência essencial o ser humano.

Para isso, uma educação libertadora torna-se condição inegociável para o processo de ruptura com alienação, tendo em vista a formação do ser que pense e modifique a política, capaz de “ler o mundo ao seu redor, e entendê-lo”, para torná-lo um espaço-tempo histórico emancipado, construindo possibilidades criativas na constituição da nova sociedade. Mas, para isso, deve ser um desafio permanente, presente em todos os momentos da vida do ser concreto, em contínua construção, viabilizando “práticas educacionais que permitam aos educadores e alunos trabalharem as mudanças necessárias para a construção de uma sociedade na qual o capital não explore mais o tempo de lazer” (JINKINGS, 2008, p.12), ou melhor, nenhuma esfera do vivido.

O processo de educação de um povo é intencional, não surge à toa, seja a necessidade de preservação da espécie na sociedade comunal ou a atuação no trabalho abstrato do modo de produção capitalista em busca de sanar as necessidades postas. O que diferencia os instantes são as condições objetivas, e estas, no instante presente, exigem-se sujeitos conscientes à transformação da realidade. E o tempo histórico atual incita para o surgimento desse homem novo, consciente, criativo, capaz de pensar e agir sobre as circunstâncias postas e suas alternativas de mudança. Entretanto, tais “circunstâncias são modificadas pelos os homens” e, portanto, exige-se que “o próprio educador [seja] educado” (MARX & ENGELS, 2002, p.100). E como surgirá esse novo educador? Somente com a “transcendência do capital”, modificando toda a ordem social entranhada em sua lógica. (MESZÁROS, 2011).

Uma mudança tanto quantitativa quanto qualitativa, uma transformação radical da realidade concreta, que possibilite a superação da diferença de classe, e somente depois de uma mudança estrutural da sociedade, é que se podem modificar as condições postas na educação. Para Meszáros (2008, p. 25) não há ilusão, uma simples “reformulação significativa da educação é inconcebível sem a correspondente transformação do quadro social no qual as práticas educacionais da sociedade devem cumprir as suas vitais e historicamente importantes funções de mudança”. Porém, na lógica do capital, partindo-se de uma análise histórica, percebe-se que sucessivas práticas do Estado, somente surgem como correção de questões inerentemente incorrigíveis. Dessa forma, não atinge a centralidade do problema social atinente a diferença de classe.

As mudanças sob tais limitações, apriorísticas e prejudicadas são admissíveis apenas com o único e legítimo objetivo de corrigir algum detalhe defeituoso da ordem estabelecida, de forma que sejam mantidas intactas as determinações estruturais fundamentais da sociedade como um todo, em conformidade com as exigências inalteráveis da lógica global de um determinado sistema de reprodução. (MESZÁROS, 2007, p. 25)

Essa noção de “mudança” muito presente nos estados assistencialistas (neo) liberais, vem configurando-se e naturalizando-se como o único caminho viável à preservação da sociedade, aperfeiçoando a reforma política do deformado, que tem o efeito inverso sobre a humanidade, dissimulando os reais conflitos existentes entre classes antagônicas, e não promove a superação das classes, e sim, a sobrevivência do capital. Para Meszáros (2007), realmente pensar numa educação emancipada, voltada para construção do ser social consciente, autogerida, necessita-se romper com esta lógica do capital. Ora,

Limitar uma mudança educacional radical às margens corretivas interesseiras do capital significa abandonar de uma só vez, conscientemente ou não, o objetivo de uma transformação social qualitativa. Do mesmo modo, contudo, procurar margens de *reforma sistêmica* na própria estrutura do sistema do capital é uma *contradição em termos*. É por isso que é necessário *romper com a lógica do capital* se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente. (MESZÁROS, 2008, p.27) [grifos do autor]

E nessa ruptura encontra-se a “educação para além do capital”! Contudo, tal empreitada exige um rompimento “significativamente diferente” dos reformismos educacionais “harmonizadores” sob a sombra do capital, por serem “irreformáveis” (MESZÁROS, 2008, p. 27). Entretanto, a forma institucionalizada de educação, para Meszáros (2008), não é capaz de fornecer, por si só, uma alternativa emancipacionista radical, visto que, uma das principais funções desta no contexto de sociabilidade “é produzir tanta conformidade ou ‘consenso’ quanto for capaz, a partir de dentro e por meio dos seus próprios limites institucionalizados e legalmente sancionados” (MESZÁROS, 2008, p.45). O autor mais adiante assevera que,

Esperar da sociedade mercantilizada uma sanção ativa – ou mesmo mera tolerância – de um mandato que estimule as instituições de educação formal a abraçar plenamente a grande tarefa histórica do nosso tempo, ou seja, a tarefa de *romper com a lógica do capital no interesse da sobrevivência humana*, seria um milagre monumental. É por isso que, também no âmbito educacional, as soluções ‘não podem ser *formais*; elas devem ser *essenciais*’. Em outras palavras, eles devem abarcar a totalidade das práticas educacionais da sociedade brasileira. (MESZÁROS, 2008, p. 45) [grifos do autor]

Caso contrário, certamente a configuração anterior se restabelecerá, ocupando os espaços com novas feições, considerando que uma reforma não modifica a estrutura, e como não transforma a centralidade da crise, está fadada a novas *reformas do deformável-irreformável*, alimentando o ciclo vicioso do capital. Logo, “o que precisa ser confrontado fundamentalmente é *todo* o sistema de internalização, com todas as suas dimensões, visíveis e ocultas” (MESZÁROS, 2008, p. 47).

Nisso, o significado prático de radicalidade torna-se presente e decisivo à constituição da alternativa do socialismo de *front*, pois, em tempos de “certezas-incertas”, exigem-se renovações fundamentais dos sistemas vigentes, modificando desde a estrutura dos princípios fundantes até as instituições que validam a lógica sistêmica do capital.

Logo, o resgate do sentido de autoconstrução do ser social, torna-se instrumento importante ao entendimento do homem que produz e reproduz a sua existência, enquanto sujeito histórico-dialético, exigindo-se recuperar os fundamentos de indissolubilidade entre trabalho-educação, em busca da noção de profundidade das transformações presentes, para desmistificar o “naturalizado” do (in)certo (neo)liberal.

O combate as ideologias dominantes nunca foram tão essenciais como no contexto atual de esvaziamento, e o encontrar-se com os princípios fundantes do trabalho-educação partindo de um olhar histórico-ontológico, ajuda a entender o movimento de contradição e dominação ideológica, impondo-se “reconhecer e buscar compreender como se produziu, historicamente, a separação entre trabalho e educação” (SAVIANI, 2007, p. 152), situada no estágio reinante do abstrato.

Esta ótica de fundamentação remete ao homem a responsabilidade exclusiva pela produção material de sua existência, entendendo-se enquanto agente transformador da natureza em função de suas necessidades, e isso, “conhecemos pelo o nome de trabalho” (SAVIANI, 2007, p. 154). E como alterar a natureza é essencialmente necessário à existência humana, o trabalho pode ser referido enquanto essência do homem. Mas de forma conquistada, construída, pelo próprio ser, em que a “essência do homem é um feito humano. É um trabalho que se desenvolve, se aprofunda e se complexifica ao longo do tempo: é um processo histórico.” (SAVIANI, 2007, p. 154). E não como algo exterior, estranho aos indivíduos, como no modo de produção da sociedade capitalista.

Contudo, ao transformar o meio natural para suprir as necessidades, o homem não possui os conhecimentos de transformação inatamente, precisa adquirir saberes para produzir sua existência material, pois não nasce pronto, necessita aprender. Com isso, a “produção do homem é, ao mesmo tempo, a formação do homem, isto é, um processo educativo. A origem

da educação coincide, então, com a origem do homem mesmo.” (SAVIANI, 2007, p. 154). Portanto, na concepção de Saviani (2007), histórico-ontológico.

O ponto de partida à relação entre trabalho-educação é entendê-la como uma relação de identidade. Os homens aprendiam a sua existência no próprio ato de produzi-la. Eles aprendiam a trabalhar trabalhando. Lidando com a natureza, relacionando-se uns com os outros, os homens educavam-se e educavam as novas gerações. A produção da existência implica o desenvolvimento de formas e conteúdos cuja validade é estabelecida pela experiência, o que configura um verdadeiro processo de aprendizagem. Assim, enquanto os elementos não validados pela experiência corrobora necessitam ser preservados e transmitidos às novas gerações no interesse da comunidade da espécie. (SAVIANI, 2007, p. 155)

Entender o significado dessa relação histórico-ontológica do trabalho-educação, torna-se também fundamental para libertar-se dos grilhões ideológicos atuais, na percepção do esvaziamento do conceito, como rompimento com a lógica estranhada do capital em que essa mesma relação é separada com o processo de institucionalização do educar, que correlatamente origina-se com o surgimento da propriedade privada, sociedade de classes e com o aprofundamento da divisão do trabalho, em que se confina o fim da indissolubilidade trabalho-educação-vida, cindida por um *preparar para*, como algo estranho, não-pertencente ao ser.

Portanto, o resgate de tal questão deve ser o norte de um “educar para além do capital”, no qual as totalidades das manifestações do ser tornam-se unas, onde trabalhar, aprender, criar, viver, não sejam coisas estranhas e separáveis, mas partes da construção do homem novo, integral, omnilateral, consciente do mundo circundante e proprietário de sua existência, responsável pela produção de sua vida material, forjado no socialismo de *front*, transgressor da sociedade do Capital.

4 Considerações finais

O presente trabalho transita numa questão pertinente aos tempos atuais de passividade e aceitação acerca da expansão e dominação da lógica do capital à totalidade da esfera de vivência da sociabilidade humana, entranhando-se desde os aspectos mais técnicos da política aos mais singelos da construção educativa.

Não se trata de uma leitura aprisionada a *tendenciosismos*, mas sim de provocações contra a passividade, ao comodismo perante o hegemônico enraizado na sociedade atual, limitada ao entendimento da realidade do *fim da história* fukuyamiano. Mas, é preciso um olhar esmerado ante os discursos e práticas verificadas, para que o sentido de profundidade

não se torne realmente a aparência de uma “inversão puramente formal” (ZIZEK, 1996, p. 21), em que o desvendar ideológico não seja apenas o descortinamento para uma nova postura dogmática.

É importante ter ciência que o posicionamento correrá o perigo de sujeitar-se também aos perigos de uma prisão ideológica auto-invalidante. Ora, o risco é inevitável. Por isso, a necessidade da compreensão do movimento da realidade torna-se fundamental para que seu inverso não seja apenas uma mudança hegemônica com novas imposições do véu “*falseado*” sob a real emancipação.

Todavia, o medo de transformar a realidade não pode condicionar-se ao conformismo generalizado dos indivíduos diante das desigualdades sociais, miséria e exploração própria da sociedade sob a lógica do capital. Talvez seja impossível, mas certamente deve ser exigência ao *tempo não-cíclico*, clivado por formas complexas irresolúveis por dentro dos antagonismos designados na totalidade. Na qual, o *tempo cíclico* ocorre com o triunfo do *tempo irreversível histórico* metamorfoseado em “*tempo das coisas*”, no qual a “história do movimento abstrato das coisas [...] domina todo o uso qualitativo da vida” e “a dominação do tempo irreversível da produção vai tender a eliminar socialmente [o] tempo vivido” (DEBORD, 1997, p.99).

Convém ressaltar que fazer frente ao hegemônico capitalista torna-se exigência imprescindível no momento atual, de estágio mais avançado do capital, que apresenta complexificações estranhas aos indivíduos, em que as ocultações são cada vez mais mistificadas, onde o ser completo sente-se incompleto, desconhecido de si mesmo, educando-se sob o caráter mercantilizado de uma ideologia dominante do trabalho abstrato, atrelada ao *mundo das coisas*, ao “*tempo das coisas*”, em que a “forma-mercadoria é a igualdade confrontada consigo mesma, a categoria do quantitativo. Ela desenvolve o quantitativo e só pode se desenvolver nele” (DEBORD, 1997. p. 28), sob um *falso véu do livre-qualitativo*.

Diante do exposto, pergunta-se: Quais desafios são colocados à crítica de uma ofensiva socialista de *front* “para além do capital” ao contexto contemporâneo da educação? Como construir possibilidades emancipacionistas na conjuntura atual? De onde partir no desenvolvimento do projeto de sociabilidade onde o indivíduo tenha consciência da produção de sua vida material, seja autônomo e consiga gerir sua existência de forma livre? São questões que fazem parte do que se quer na transformação da totalidade.

Portanto, o presente texto finda-se na incompletude da reflexão na construção de um projeto de socialismo de *front*, capaz de decodificar o movimento concreto da realidade, que compreenda as novas complexificações, rompido com qualquer ortodoxia opressora,

provocante de uma sociabilidade realmente pertencente ao ser, em que suas manifestações de produção da existência não sejam estranhas à sua consciência, resgatando os sentidos fundamentais dessa construção do existir, ligados a constituição do novo homem, emancipado dos ditames do capital, forjado no significado emancipacionista.

Referências

DANGEVILLE, Roger. Apresentação. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Crítica da Educação e do Ensino**. 1.ed. Lisboa: Moraes editores, 1978.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

JINKINGS, Ivana. Apresentação. In: MESZÁROS, István. **A educação para além do capital**. Trad. Isa Tavares. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Trad. Célia Neves e Alderico Toríbio. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MARX, Karl. **Manifesto do partido comunista**. Trad. Sérgio Tellaroli. São Paulo: Penguin Classics/ Companhia de Letras, 2012.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Trad. Luis Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. **Crítica da Educação e do Ensino**: Introdução e notas de Roger Dangeville. 1.ed. Lisboa: Moraes editores, 1978.

MESZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Trad. Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. 1.ed.revista. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **A educação para além do capital**. Trad. Isa Tavares. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2008

_____. **O desafio e o fardo do tempo histórico**: o socialismo no século XXI. Trad. Ana Cotrim, Vera Cotrim. São Paulo: 2007.

PISTRAK, Moisey Mikhaylovich. **Fundamentos da escola do trabalho**. Trad. Daniel Aarão reis Filho. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**. v.12. n.34. jan./abr., 2007.

SUCHODLSKI, Bogdan. **A teoria marxista da educação**. Volume I. Lisboa: Editorial Estampa, 1976.

VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da práxis**. Trad. Luiz Fernando Cardoso. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

ZIZEK, Slavoj. **O ano em que sonhamos perigosamente**. Trad. Rogério Bettoni. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2012

_____. O espectro da ideologia. In: ZIZEK, Slavoj (org.) **Um mapa da ideologia**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.